

D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*

Manuel Augusto Rodrigues

Na série dos bispos de Coimbra desde a Reconquista cristã até D. Jorge de Almeida (1483-1543), estabelecida pelo Dr. António de Vasconcelos e que é considerada como a mais fidedigna de entre todas as existentes, D. Pedro Tenório (1371-78) figura como o 25º prelado, que escolhemos para este trabalho, esperando outra ocasião tratar de outros aspectos da sua vida.¹

Pelo seu interesse aqui transcrevemos aquela relação e em nota referimos algumas discrepâncias existentes entre o *Livros das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra (LVB)* de Pedro Álvares Nogueira² e a relação do Dr. António de Vasconcelos.

1. D. Paterno (1080-88) ³	20. D. Raimundo de Eberard (1325-33)
2. D. Crescónio (1092-98)	21. D. João (1334-38) ⁴
3. D. Maurício (o Burdino) (1099-1109) ⁵	22. D. Jorge (1338-57)
4. D. Gonçalo Pais (1109-28) ⁶	23. D. Lourenço (1357-58)
5. D. Bernardo (1128-46)	24. D. Pedro Gomes Barroso (1358-64) ⁷

¹ DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS, *Lista cronológica dos bispos de Coimbra*, Coimbra, 1924. Este valioso trabalho foi-lhe pedido pelo bispo de Coimbra D. Manuel Luís Coelho da Silva. No prólogo passa em revista as tentativas feitas por Pedro Álvares Nogueira (*LVB*), Francisco Leitão Ferreira (*Catálogo Chronológico-crítico dos Bispos de Coimbra*, publicado na *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, vol. de 1724), João Pedro Ribeiro (*Dissertações Chronologicas e Criticas*, tomo V), Fortunato de Almeida (*História da Igreja em Portugal*, Nova ed., vol. I, Porto, 1967, p. 501-504) e Miguel Ribeiro de Vasconcelos (*Série Chronologica dos Bispos de Coimbra desde 1064*, que não foi concluído) para a elaboração da tabela dos prelados conimbricenses. Também o cardeal Saraiva em "Sucessão dos bispos de Coimbra desde o anno de 1080 até o fim do seculo XII e completada com *Apontamentos para o Catálogo dos Bispos Condes*), in *Obras Completas*, vol. I, p. 95 e ss., trata deste assunto. Acerca dos primeiros bispos, de D. Paterno a D. Pedro Soares, encontram-se no *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, editado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra em 1999, muitos e importantes elementos de carácter histórico.

² Pedro Álvares Nogueira (?-1597), formado em cânones e cônego da sé de Coimbra, escreveu o *LVB*, códice que se guarda no Arquivo da Universidade de Coimbra. Em 1942, António Gomes da Rocha Madahil, então conservador dessa instituição, procedeu à transcrição e publicação do referido códice, precedida de prefácio em que traça a biografia de Pedro Álvares Nogueira. O trabalho de Madahil conta-se entre as edições dadas à estampa pelo Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, como então se chamava o Arquivo da Universidade de Coimbra. Neste momento, o Arquivo da Universidade está a preparar uma nova edição do valioso texto quincentista contando para tal com a colaboração da Profª Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, do Lic. Joaquim Tomás e ainda dos Técnicos-Superiores do Arquivo Mestre Abílio Queirós e Lic. Júlio Ramos.

³ Era bispo de Tortosa e foi convidado por D. Sesnando para bispo de Coimbra.

⁴ O *LVB* acrescenta o nome de D. Pedro.

⁵ Passou a arcebispo de Braga e depois, indo a Roma, conseguiu fazer-se eleger anti-papa com o nome de Gregório VIII, conhecido pelo epíteto de "Burdino".

⁶ Em 1117 conseguiram os mouros entrar em Coimbra e arrasar vários edifícios, entre eles a catedral de Santa Maria. Vendo, porém, que não conseguiam conquistar o castelo, deixaram a cidade.

⁷ O *LVB* inclui depois de Pedro Gomes Barroso os nomes de D. Vasco Fernandes e de D. Fernando. O primeiro seria natural de Toledo, doutor em Leis, "grande letrado, mui virtuoso e de mui santa vida". Foi, primeiro, bispo de Segóvia, depois de Lisboa e, por fim, de Sevilha e cardeal de Espanha, morrendo em Avinhão. Desterrado para Portugal por D. Pedro de Castela, veio residir em Coimbra; tendo vagado a sé desta cidade, foi incumbido do governo da diocese entre 1364 e 1371, mas não como bispo próprio.

6. D. João de Anaia (1148-54)	25. D. Pedro Tenório (1371-78)
7. D. Miguel Pais Salomão (1162-76) ⁸	26. D. João Cabeça de Vaca (1378-84) ⁹
8. D. Bermudo (1177-82)	27. D. Martinho (1386-1395)
9. D. Martim Gonçalves (1183-1191)¹⁰	28. D. Martinho Pires da Charneca (1396-98)
10. D. Pedro Soares (1192-1233)	29. D. João Esteves de Azambuja (1399-1402)
11. D. Tibúrcio (1233-46)	30. D. João Garcia Manrique (1403-07) ¹¹
12. D. Domingos (1246-47) ¹²	31. D. Gil Alma (1408-15)
13. D. Egas Fafes (1247-68) ¹³	32. D. Fernando Coutinho (1419-29)
14. D. Mateus (1268-71)¹⁴	33. D. Álvaro Ferreira (1431-44)
15. D. Aimerico de Eberard (1279-95)	34. D. Luís Coutinho (1444-52)
16. D. Pedro Martins (1297-1301)	35. D. Afonso Nogueira (1453-60)
17. D. Fernando (1302-03)	36. D. João Galvão (1460-81) ¹⁵
18. D. Estêvão Anes Brochardo (1304-18)	37. D. Jorge de Almeida (1483-1543)
19. D. Raimundo de Eberard (1319-24) ¹⁶	

Para situarmos melhor a personalidade de D. Pedro Tenório, recordamos os papas que presidiram então aos destinos da Igreja: Gregório IX (1370-78), Urbano VI (1378-89), o anti-papa *Clemente VII* (1378-1394), Bonifácio IX (1389-1404) e Bento XIII (1389-1424). Foi um período marcado por bastantes convulsões que conduziram ao cisma do ocidente.

Depois do 4º concílio de Latrão (1215) que tratou, entre outros, da hierarquia dos patriarcas de Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém, da transubstanciação (primeira vez em que esse termo foi utilizado), da condenação dos albigenses e valdenses, da confissão e da comunhão obrigatórias, do casamento, tiveram lugar os concílios 1º de Lião (1245) contra Frederico II e em 1274 nova assembleia eclesiástica nessa cidade com o fim de obter a união com a Igreja grega. Realizou-se depois, em 1311-1312, o concílio de Viena em que participaram 231 padres (20 cardeais, 4 patriarcas, 100 arcebispos e bispos, numerosos abades e superiores religiosos) e tratou-se da supressão dos templários e dos erros dos begardos e das beguinas.

No séc. XIV, temos ainda em 1302 a bula *Unam sanctam* sobre a unidade da Igreja e a teoria das duas espadas; em 1309 a ida dos papas para Avinhão; ca. 1360 João Wiclef na Inglaterra espalha doutrinas erróneas sobre a Igreja e a Eucaristia; em 1377 os papas deixam Avinhão e voltam a Roma; em 1378 teve início o grande cisma do ocidente acerca do qual encontramos muitas referências no *LVB*; e em 1382 o sínodo de Londres condena Wiclef.

Também pode ter interesse lembrar alguns nomes de teólogos e místicos e eventos mais significativos desse tempo: Guilherme de Ockam (+ 1361-65) que ca. 1320 escreve em Oxford os seus *Comentários às Sentenças*, Santa Gertrudes (+1301), Duns Escoto (+1308), Santa Ângela de Foligno (+1309), Raimundo Lulo (+1315), Dante (+1321), Eckardt (+1327), Tauler e Suso (+1361-65), Santa Brígida da Suécia (+1373), o regresso dos papas a Roma (1377) devido a S. Catarina de Siena (1377),

⁸ A este se deve a restauração da catedral de Coimbra. Vid. *Livro Preto*, passim.

⁹ O *LVB* acrescenta o prelado D. Fernando.

¹⁰ Este bispo não vem incluído no *LVB*.

¹¹ Era arcebispo de Talavera na sé de Toledo, passando a arcebispo de S. Tiago. Tendo saído de Castela, o rei português deu-lhe o bispado de Coimbra e depois a arquidiocese de Braga.

¹² D. Domingos viveu tão pouco tempo que não chegou a ser sagrado.

¹³ A seguir a D. Egas Fafes, Pedro Álvares Nogueira acrescenta os bispos D. Raimundo, D. Fernando, D. Estêvão e D. Pedro.

¹⁴ Não figura no *LVB*.

¹⁵ Foi o primeiro a ter o título de conde de Arganil, a partir de 1472.

¹⁶ Era sobrinho do bispo D. Aimerico.

Ruysbroeck (+1381), a actividade de João Huss em Praga (1398), o início da Guerra dos 100 anos (1339) e a peste negra (1348-50).

Em Portugal, entre outros acontecimentos ocorridos durante o reinado de D. Fernando (1367-1383), além do que relata o *LVB* lembramos mais os seguintes: o reconhecimento nas cortes de Leiria (1372) de os representantes do povo terem direito de discutir questões e de tomar decisões, o tratado de Tagilde (1372), o tratado de Westminster (1373), várias reformas da vida administrativa (1374), a lei das sesmarias (1375), a legislação sobre a marinha mercante (1377-1380) e a transferência da Universidade de Coimbra para Lisboa (1377), onde esteve até 1537.

Na série dos bispos de Coimbra após a Reconquista figura para os anos de 1371-1378 D. Pedro Tenório que, segundo o *LVB* de Pedro Álvares Nogueira e outros, teria nascido em Tavira. Seus pais foram o fidalgo “de pequeno estado da família dos Tenórios que têm seu solar em Galiza”¹⁷.

Também Barbosa Machado diz que D. Pedro Tenório era natural de Tavira fornecendo os nomes de seus pais: D. Afonso Jofre Tenório, senhor de Moguer, almirante de Castela e guarda-mor de el-rei D. Afonso XI e seu conselheiro, e de D. Elvira Álvares¹⁸. Mas hoje os autores que têm estudado a vida de D. Pedro Tenório defendem a sua naturalidade toledana.

O mesmo Barbosa Machado escreve que o prelado conimbricense estudou em Itália, especialmente Teologia e Cânones, que quando assistia em Avinhão onde se encontrava o papa Gregório XI foi eleito bispo de Coimbra em 1371 e que foi sagrado pelo cardeal Guido de Bolonha.

Acrescenta o autor da *Biblioteca Lusitana* que, tendo surgido em Toledo alguns conflitos por causa do cisma da igreja foi nomeado arcebispo de Toledo em 1378, tendo governado a arquidiocese durante 23 anos, e que faleceu a 18 de maio de 1399 com 74 anos, sendo sepultado na capela de S. Brás por ele mandada edificar no claustro da sé.

E conclui o seu relato com esta nota: para combater o cisma escreveu *Apologia contra o livro de Pedro Cardeal de Santo Eustáquio*, da qual algumas cláusulas se encontram no tomo 18 de *Annales Ecclesiastici Odorici Raynaudi ad annum 1380*, n. 43 ss. O título da apologia é: *Reverendissimo Patri Dom. Cardinali S. Eustachii pro parte domini Archiep. Toletani super facto praesentis schismatis anno LXXX*. Começa: *Ven. P. et Dom. praecipuo dom. Petro S. Eustachii Cardinali Diacono Toletanus Archiep. Vestrae Paternitatis orator inter decretorum professores non dignus adscribi: modicum id, quod est, quaero verborum stemmate, etc.* Com efeito, não no vol. 18 mas no vol. 17 da referida obra (cujo título é *Annales ecclesiastici ab anno quo definit Caes. Card. Baronius M. C. XCVIII usque ad annum M. D. XXXIV: continuati ab Odorico Raynaldo*, Coloniae Aggripinae, 1691, a qual existe na Biblioteca-geral da Universidade de Coimbra, fundo de S. Pedro, cota: SP-Z-17) encontramos o texto do arcebispo de Toledo.

Fortunato de Almeida, por seu turno, ao falar dos bispos entre 1334 e 1481, ou seja dos bispados de D. João (1334-38) e D. Jorge de Almeida (1481 em vez de 1483) refere os nomes de D. Pedro, D. Jorge e D. Lourenço, ao qual sucedeu Pedro Gomes Barroso (1358-1364) fornecendo acerca deste os seguintes dados: era natural de Toledo e cónego da sé local, tendo depois sido elevado a bispo de Segóvia ou Sigüenza; foi perseguido e preso por D. Pedro I de Castela por se ter mostrado afeiçoado à infeliz rainha D. Branca, cruelmente tratada por aquele que era seu marido; quando a pedido do cardeal de Bolonha o puseram em liberdade foi-lhe dada a diocese de Coimbra que governou de 1358 a 1364, aproximadamente; finalmente, que passou depois a cardeal de Lisboa e mais tarde a arcebispo de Sevilha (ca. 1369)¹⁹.

Fortunato de Almeida escreve a seguir que lhe sucedeu D. Vasco Fernandes de Toledo, outra vítima de D. Pedro I de Castela, que foi sucessivamente cónego de Toledo, bispo de Palência e arcebispo de Toledo. Desterrado e refugiado em Portugal, recolheu-se ao convento de S. Domingos, onde estava quando em 1364 ou 1365 foi nomeado bispo de Coimbra. Governou cerca de 7 anos. Faleceu em princípios de 1371. Como se disse atrás, o Dr. António

¹⁸ BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusitana*. Nova ed., Lisboa, vol. III, 1933, p. 611-612.

¹⁹ FORTUNATO DE ALMEIDA, op. cit.

de Vasconcelos não inclui o nome de D. Vasco Fernandes na sua relação episcopal nem o de D. Fernando também mencionado por Fortunato de Almeida.

Acerca de D. Pedro Tenório (para 1374), apenas refere Fortunato de Almeida o seguinte: “de cujo governo não existem memórias notáveis, embora fosse personagem de grande importância”, dizendo depois que a Tenório e ao alferes-mor Aires Gomes da Silva passou em 1376 D. Fernando procuração para ajustarem e assinarem o contrato e casamento da infanta D. Beatriz, sua filha, com o infante castelhano D. Fradique; e que em 1377 foi elevado a arcebispo de Toledo. Acerca de D. João Cabeça de Vaca, sucessor de Tenório e dos restantes apresenta igualmente Fortunato de Almeida escassos elementos e alguns mercedores de revisão.

O *LVB* traça-nos um quadro amplo da vida de D. Pedro Tenório, embora o relato se prenda quase exclusivamente com a sua actuação política no que concerne às lutas constantes com Castela e omite muitos elementos que as últimas investigações têm produzido e que, muito para além dos aspectos políticos e diplomáticos da personalidade de D. Pedro Tenório, abordam a notável acção desenvolvida nos domínios artístico e cultural depois de ter deixado a diocese de Coimbra, ou seja, como arcebispo de Toledo ao longo de 20 anos. Os estudos referidos em nota possibilitam uma compreensão mais ampla da actividade de D. Pedro Tenório após a sua saída de Coimbra²⁰.

Vejamos agora o que Pedro Álvares Nogueira nos informa no seu *LVB*²¹. Diz que sucedeu em 1371 a D. Fernando e que era natural de Tavira, filho dum fidalgo de pequeno estado da família dos Tenórios que tem seu solar na Galiza; “que foi alto do corpo e bem proporcionado, o rosto vermelho e com algumas barras, a voz rija mas mui sonora”; “que teve muito ânimo e grande juízo, muito bom letrado e muito amigo de ter em sua companhia homens doutos com quem se aconselhasse dos quais se aproveitou em negócios mui importantes e em grandes diferenças que teve com os senhores de Castela; que foi em extremo profioso e amigo do seu parecer que sendo grande falta num prelado se prezava muito dele o que foi causa de muitas dissensões em que andou por toda sua vida”²².

Seguiu, antes de vir para Portugal, a parte de D. Henrique de Castela e na batalha de Najera, onde D. Henrique foi desbaratado e seu campo destruído, feito prisioneiro entre muitos fidalgos. Foi então que veio para Portugal.

²⁰ Vid. sobre D. Pedro Tenório: *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, vol. IV, 2549 e ss.; EUGENIO NARBONA, *Historia de Dom Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo*. Toledo, 1624; LUIS SUÁREZ FERNÁNDEZ, “Don Pedro Tenorio, arzobispo de Toledo (1375-1399)”, in *Estudios dedicados a Menéndez-Pidal*, Madrid, 1953; ID., *Castilla, el Cisma y la Crisis conciliar (1378-1440)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960; J. GOÑI GAZTAMBIDE, “La embajada de Simón de Cramaud a Castilla en 1396”, in *Hispania Sacra*, vol. 15 (1962), p. 163-176; J. F. RIVERA RECIO, *Los arzobispos de Toledo en la Baja Edad Media (s. XII-XV)*, Toledo: Diputación Provincial, 1969; L. Suárez Fernández, *Nobleza y Monarquía*, 2ª ed., 1975; J. SÁNCHEZ HERRERO, *Concilios Provinciales y Sínodos Toledanos de los siglos XIV e XV. La religiosidad cristiana del clero y pueblo*. La Laguna: Universidad de la Laguna, 1976; F. J. FERNÁNDEZ CONDE, *Gutierre de Toledo, obispo de Oviedo*, Madrid, 1978; M del Pilar GARCÍA GUZMÁN, *El Adelantamiento de Cazorla en la Baja Edad Media*, Madrid, 1985, pp. 60-62; ALMUNEDA SÁNCHEZ/PALENCIA MANCEBO, *Fundaciones del arzobispo Tenorio: la capilla de San Blas en la catedral de Toledo*, Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos/Diputación Provincial, 1985; ID., “Vida y empresas del arzobispo D. Pedro Tenorio”, in *Temas Toledanos*, n. 54, Toledo: Diputación Provincial, 1988; R. SÁNCHEZ SESA, “Don Pedro Tenorio y la reforma de las órdenes monásticas”, in *En España Medieval*, vol. 18 (1995), p. 289-302.

²¹ *LVB*, pp. 127-139.

²² Pedro Álvares Nogueira, entre outras coisas, omite a formação intelectual de Tenório. Sabe-se que estudou em Itália, onde foi discípulo em Direito do célebre jurista Bártolo da Sassoferrato que vem referido no *LVB* na parte relativa ao bispo D. Fernando, que teria sido o antecessor de Tenório: “...neste tempo floresceu Bártolo de Saxo Ferrato famosíssimo jurisconsulto”; como já se disse, este é um dos prelados excluídos pelo Dr. António de Vasconcelos. Sassoferrato (1313-1359) foi um notável jurisconsulto, conhecido dos seus contemporâneos por *Monarcha Iuris*, porque dominava o direito romano e sabia adaptá-lo ao seu tempo. Elaborou um comentário ao *Corpus Iuris* que serviu de texto de ensino durante vários séculos.

Prossegue o *LVB* relatando que o rei português D. Fernando lhe deu o bispado de Coimbra no qual teve muitas demandas com o cabido dando ocasião a elas sem nenhuma causa nem razão. Porque estando esta igreja para tomar as rendas de S. Fagundo, Anobra, Antanhol e casais de Sever e a terça das igrejas desta cidade e do arciprestado de Linhares não consentiu que o cabido as recebesse, “esbulhando-o da posse antiquíssima em que estava e obrigava aos cônegos que pagassem chancelaria dos monitórios e doutros papéis que tiravam diante os juizes eclesiásticos estando eles em posse de a não pagar. E não queria dar umas 450 libras a que os bispos eram obrigados para os gastos das demandas do cabido e para se mandarem mensageiros a el-rei e para as despesas dos negócios apostólicos, nem queria dar os 15 marcos de prata que seus antecessores pagavam para se repartirem pelos cônegos que estivessem presentes à “Salve Regina” como ordenou o bispo D. Egas.

E por todas estas coisas o demandou o cabido e houve sentença no tempo do bispo D. Martinho. Excomungou também muitos cônegos porque lhe não mostravam a razão que tinham para levar os dízimos da igreja de S. Julião da Figueira, da qual sentença eles apelaram e houve sobre isto muitas diferenças.

Pedro Álvares Nogueira diz a seguir que, no seu tempo, sendo o padroado da igreja de Cernache do cabido e dos senhores de Cernache e apresentando ambos juntamente, o cabido acordou com Brites Fernandes Pimentel “padroeira” e com seu marido Gonçalo Nunes Barreto em 1372 “que o cabido apresentasse uma vez e os padroeiros leigos outra como agora se faz”.

Neste tempo houve grandes guerras entre el-rei D. Henrique de Castela e D. Fernando, rei de Portugal. Também outros prelados estiveram envolvidos nesta questão. O *LVB* fornece muitos pormenores acerca deste assunto. Depois da morte de Pedro por seu irmão D. Henrique no castelo de Montiel, surgiram vários conflitos, pois o monarca defunto deixara descendência. Entre as cidades que se negaram a obedecer a D. Henrique contam-se Zamora, Carmona, Cidade Rodrigo, Alcântara, Valência de Alcântara, Tui, Santiago, a Corunha, etc. tendo pedido ao rei português D. Fernando que as tomasse sob a sua protecção. Para Portugal vieram por essa altura alguns fidalgos, como Afonso, bispo de Cidade Rodrigo. D. Fernando decidiu então entrar em Castela. Intervieram depois o papa e o rei de Inglaterra e D. Pedro, de Aragão e ainda o monarca mouro Mafamede de Granada.

D. Henrique mandou a seguir embaixadores a Lisboa com muito ouro e prata para tratar do casamento de D^a Leonor, filha de D. Pedro de Aragão, com D. Fernando. Por procuração “foi el-rei D. Fernando desposado com ela por palavras de presente”.

Começou então a entrada de tropas pelo reino de Castela, mas D. Pedro viria a alegar que não deixava sair sua filha enquanto o papa não concedesse a dispensa de parentesco. Gregório XI sabendo das guerras em curso mandou legados a Alcoutim, onde se fizeram as pazes em 1371. Uma das cláusulas previa o casamento de D. Fernando com D^a Leonor, filha de D. Henrique.

Escreve depois Álvares Nogueira que D. Fernando “não era tão constante em suas coisas que se pudesse ter confiança do que uma vez prometia, ainda que nisso intervissem juramentos e outras maiores firmezas”. Isto porque estando casado por procuração com D^a Leonor, filha de D. Pedro de Aragão, veio em Alcoutim a casar com D^a Leonor, filha de D. Henrique de Castela. Mas nem este juramento cumpriu, pois em breve apaixonou-se por D^a Leonor Teles de Meneses. D. Henrique não levantou problemas com esta mudança de D. Fernando.

Prossegue Nogueira o seu relato, afirmando que D. Fernando era “tam inquieto...que com muito pequenas ocasiões folgava de romper guerra com el-rei D. Henrique...”. Fala do envio de embaixadores por D. Fernando ao duque de Lencastre, 2^o filho do rei de Inglaterra, que era casado com D^a Constança, filha primogénita de D. Pedro que morrera em Montiel. O inglês pretendia ter direito em Castela. Ambos e o de Aragão.

D. Henrique mandou a Portugal como embaixador o bispo D. João Garcia Manrique²³

²³ Manrique seria bispo arcebispo de S. Tiago e depois bispo de Coimbra e arcebispo de Braga. Vid. *LVB*, cap. 26.

que falou com o nosso rei em Salvaterra de Magos para fazerem as pazes, mas em vão. D. Henrique não perdeu tempo e entrou em Portugal em 1372. Tomou Almeida, Celorico, Linhares, Pinhel e Viseu e cercou Coimbra alguns dias. E como o rei estava em Santarém pensou tomar a cidade, mas depois avançou para Lisboa que cercou 30 dias “com muito aperto e queimou grande parte dela e fez muito dano nos lugares ao redor”. Houve uma grande reação dos portugueses, mas com grande desaire.

Informado o papa do que se estava a passar, mandou o cardeal de Bolonha como legado papal que chegou a Santarém a fim de alcançar a paz. Os reis D. Henrique e D. Fernando fizeram as pazes em 1373.

Nogueira fala depois das tratativas, em 1376, do casamento de D. Fradique, duque de Benavente, filho de D. Henrique e de D^a Brites Ponce, com a infanta D^a Brites, filha primogénita de D. Fernando e de D^a Leonor. Numas cortes realizadas em Leiria (24 de Novembro) foi debatido esse assunto. E logo foram jurados por príncipes herdeiros do reino, porque D. Fernando não tinha filho varão. D. Fernando mandou embaixadores a D. Henrique: Aires Gomes da Silva, alferes-mor, e Pedro Tenório, bispo de Coimbra que chegaram a Córdoba, onde estava o rei, a 19 de Janeiro de 1377. E pediram dispensa papal por os noivos serem parentes em 4^o grau.

Como se viu, o autor do *LVB* presta informações de muito pormenor – alguns deles merecedores dum comentário mais rigoroso – sobre vários factos políticos ocorridos durante a passagem de D. Pedro Tenório. Abreviámos o mais possível a narração de Nogueira, pois a nossa pretensão foi revelar este aspecto do seu relato: ao tratar do pontificado dum bispo aproveita para falar largamente da vida política do tempo.

A seguir passa Álvares Nogueira a falar de D. Pedro Tenório como arcebispo de Toledo: “Este nosso prelado pelos serviços que tinha feito a el-rei D. Henrique foi neste tempo trasladado ao arcebispado de Toledo e foi o 63^o prelado, onde fez muitas coisas mui insignes em serviço da igreja...”. Porque fez o claustro da sé, obra real e magnífica, tendo lançada a primeira pedra na véspera da Assunção de 1389.

Uma importante iniciativa episcopal foi a realização do sínodo diocesano de Alcalá de Henares logo em Maio de 1379, ano em que chegou a Toledo. Contudo o que aí foi tratado prende-se praticamente com questões de ordem jurídica; como escreve Sánchez Hererro, isso revela a formação em leis do arcebispo. A celebração e tratamento de processos judiciais e o estabelecimento de taxas nas distintas chancelarias: arquiépiscopal, arcediagais, arciprestais e notariais. É certo que aparece a justificação: “para expulsar os excessos adúlterinos da insolentíssima avareza pelos que a fragilidade humana é arrebatada ao vício”. Só foram tratadas duas questões pastorais que respeitam apenas aos clérigos, porque se abstinham de celebrar missa; quanto ao povo cristão, vem regulado o culto das relíquias e dos santos, impondo a celebração de três festas: Santa Maria das Neves, S. Gabriel e um santo confessor. Um sínodo pobre de conteúdo a revelar uma Igreja mais voltada para temas sem qualquer preocupação pastoral. Assinale-se, contudo, a sua preocupação em reformar as ordens monásticas.

No claustro fez uma sumptuosa capela que é uma das mais insignes daquele templo com muita renda para sete capelães, que passaram a 17. Reparou os castelos de Canales, Alamín e Almonacid que são da igreja de toledo, que D. Pedro havia mandado derrubar. Fundou o mosteiro de Santa Cruz de S. Jerónimo na vila de Talavera e a igreja colegiada da mesma vila. Em Alcalá edificou um forte castelo, “Onde pôs uma lâmpada de azeite de admirável grandeza que alumia quase três léguas para que os cativos que fugissem de Granada e de outras terras que os mouros possuíam em Espanha tivessem comodidade para se pôrem em salvo.

Fundou Vila Franca e nela um a igreja com seus raçoeiros e um hospital com renda competente para “gasalhado dos peregrinos”. E aí uma ponte sobre o rio Tejo com formosas e altas torres que se chama a ponte do arcebispo”.

Foi “muito privado” de D. João I de Castela, de D. Henrique 2º e de D. Henrique III sem nunca tirar proveito algum e na morte de D. João mostrou os seus bons sentimentos, comenta Pedro Álvares Nogueira.

Outro problema abordado no *LVB* reporta-se à sucessão. D. Henrique III era menor. O testamento do pai feito no cerco de Celorico de 1385 dizia que seriam tutores do príncipe e governadores: o condestável D. Afonso de Aragão, marquês de Vilhena, D. Pedro Tenório, arcebispo de Toledo, D. João Garcia Manrique, arcebispo de S. Tiago, D. Pedro Nunes mestre de Calatrava, D. João Afonso de Gusmão, conde de Niebla, Pero Gonçalves de Mendonça, mordomo-mor, e com eles um vizinho ou dois da cidade de Burgos, Toledo, Leão, Sevilha, Córdoba e Múrcia.

Outros diziam que nas últimas cortes o monarca D. João nomeara como governadores certas pessoas. Como não houvesse acordo, decidiram que ficassem no conselho: o duque de Benavente, D. Fradique, D. Afonso Aragão, o marquês de Vilhena, o conde de Trestamara, D. Pedro, filho do mestre D. Fradique e neto do rei D. Afonso XII que eram senhores de estirpe real; e os arcebispo de Toledo e S. Tiago, os mestres de Calatrava e S. Tiago e outros fidalgos; e que das 16 cidades dos reinos que vinham às cortes assistissem 8 no conselho de 6 em 6 meses; e fizeram certos capítulos que pareciam para a boa governação do reino, os quais o arcebispo de Toledo não quis jurar, “mas aconselhado por seus amigos os jurou por evitar a grandes escândalos e desordens que disse puderam nascer, receando se também que os do conselho o não tratassem mal como teve por aviso que determinaram fazer”.

Depois o arcebispo Tenório foi para Ilhescas e para outros sítios falando contra o Conselho porque havia sido criado contra o testamento de D. João. Eram a favor do testamento de D. João contra o Conselho. Estado de rebelião.

Refere o *LVB* a intervenção de D^a Leonor, rainha de Navarra, irmã do duque de Benavente, e informa ter-se assentado que vigorasse o testamento de D. João. Foram acrescentados os nomes do duque de Benavente, conde de Trestamara e o mestre de S. Tiago. As cortes de Burgos vieram a confirmar o que acaba de ser dito. Mas aí levantaram-se novos problemas até se decidir que devia fazer-se uma votação. Ganhou a facção favorável ao testamento do rei, o que levou o duque de Benavente a ausentar-se.

E para deterem o arcebispo de Toledo “que disto estava mui peioroso” lhe concederam que tivesse as vezes do conde de Niebla e do marquês de Vilhena nomeados por tutores enquanto estivessem ausentes; e que lhe dessem a metade das rendas del-rei para as distribuir no que quisesse e que lhe pagassem tudo o que gastara depois que saiu de Madrid para fazer cumprir o testamento. Assim tudo se acalmou, mas por pouco tempo “e em muito dano da república”.

Mas as dissidências continuavam. Dois grupos: dum lado, o arcebispo de Toledo, duque de Benavente, conde de Testamara e de Niebla, e outros cavaleiros; do outro, o arcebispo de S. Tiago D. João Garcia e conde de Gion, os mestres de S. Tiago e Calatrava, “tudo em prejuízo do reino”.

E levantaram-se suspeitas contra Tenório que dizia que se havia de ir para o seu arcebispado porque os governadores usavam mal do governo e acrescentou-se a isso que se queixavam dele porque levava a vintena parte de tudo o que se vendia e outros tributos que se não deviam. E temendo-se que se fosse passasse a revolver os reinos como costumava.

Os mais tutores o mandaram reter em palácio dia de entrudo a noite e lhe mandaram que entregasse os castelos que tinha em seu poder e ainda que ele se justificava que não fizera nenhum desserviço a el-rei e que injustamente lhe era feito aquele agravo não o soltaram até que prometeu entregar os castelos de Talavera, Uzeda e Alcalá-a-Velha para que el-rei ordenasse deles o que fosse mais seu serviço depois que tivesse idade de 14 anos.

E com muita tristeza deixou a corte e foi para seu bispado, deixando interdito geral nos bispados de Zamora, Palência e Salamanca e na corte, o qual se não levantou senão depois que el-rei tomou o governo do reino o qual lhe tornou a dar os seus castelos e foi muito seu privado o tempo que viveu.

Faleceu em Toledo com 70 anos em 1399 e jaz sepultado no claustro na capela de S. Brás que mandara fazer no claustro da sé²⁴. O seu testamento tem a data de 4 de Novembro de 1398. Nele faz duas alusões a Coimbra: quando se refere a um anel que comprou em Avinhão para a sua sagração episcopal e a um hostiário com algumas peças que lhe foi oferecido em Coimbra “pelo guardian” da cidade²⁵.

²⁴ Sobre a fundação desta capela, vid. o estudo Almuneda Sánchez/Palencia Mancebo, *Fundaciones...*

²⁵ *Ibid.*, p. 111 e ss.